

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 89.562 - SP (2017/0241841-5)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**RECORRENTE : SERGIO ARMANDO AUDI**  
**ADVOGADO : JOSÉ CARLOS RICARDO - SP216381**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA, POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO DO RECORRENTE. CONSTITUIÇÃO DE ADVOGADO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. Recurso em *habeas corpus* improvido.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **Sérgio Armando Audi** contra acórdão proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

No Processo n. 0069777-63.2016.8.26.0050, do Foro Central Criminal Barra Funda, da comarca de São Paulo/SP, o paciente foi condenado às penas de 7 anos de reclusão, em regime fechado, e 21 dias-multa, por ter sido incurso nos arts. 157, § 2º, II, e 171, *caput*, ambos do Código Penal. Foi-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

Em sede de *habeas corpus*, a defesa apontou nulidade nos atos praticados na audiência de instrução e julgamento, por ter o ora recorrente sido citado naquela mesma ocasião, sem poder apresentar resposta à acusação no prazo legalmente estabelecido. A Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (*Habeas Corpus* n. 2037845-42.2017.8.26.0000) concedeu parcialmente a ordem, nos termos desta ementa (fl. 105):

*HABEAS CORPUS* - Cerceamento de defesa e excesso de prazo superados em razão da superveniência de sentença condenatória - Paciente, porém, que deve ser removido para prisão domiciliar para se restabelecer de cirurgia de emergência - Ordem parcialmente conhecida e deferida.

No presente recurso em *habeas corpus*, aponta-se cerceamento de defesa, por ter a *autoridade coatora*, [...] *sem que o recorrente tivesse sido citado, designado audiência de instrução, debates e julgamento* (fl. 116); e [...] *aponta negativa de vigência ao art. 396-A e seguintes do Código de Processo Penal, ante a nulidade insanável, por*

*descumprimento de formalidade essencial [...]* (fl. 124).

Decisão deste Relator indeferindo a liminar (fls. 153/155).

Parecer ministerial opinando pelo desprovimento do recurso (fls. 160/165).

É o relatório.

Verifica-se a existência dos processos conexos **RHC n. 93.193/SP**, com o recorrente Adormevil Vieira Santana, julgado prejudicado, e **HC n. 497.926/SP**, também com o paciente Adormevil Vieira Santana, que teve a liminar indeferida.

Não há falar em ilegalidade na hipótese dos autos, uma vez que a suposta nulidade de citação do ora recorrente ao ensejo da audiência de instrução e julgamento foi superada pela prolação de sentença. Confira-se trecho do acórdão hostilizado (fls. 103/108):

O primeiro aspecto da impetração - nulidade pela citação do paciente ao ensejo da audiência de instrução e julgamento - já está superado pela prolação da sentença.

Com efeito, embora em princípio irregular o procedimento adotado, verificou-se pelo termo de audiência encartado a fls. 34/36, que a Defesa do paciente não formulou protesto algum a respeito, limitando-se a requerer a concessão de liberdade provisória, que foi indeferida.

Ademais, não houve prejuízo algum para a defesa, pois o recorrente compareceu espontaneamente aos autos, constituindo advogado que atuou no feito, razão pela qual o ato de citação pessoal, que visa justamente chamar o réu para o processo, era dispensável no presente caso. Também constou do processo que, na audiência, foi dada nova palavra à defesa, que trouxe uma nova resposta e falou nos autos por diversas vezes, sem que tivesse arrolado testemunhas ou apontado algum vício na ação. A Juíza rebateu teses dos defensores e foram apresentadas alegações finais, inexistindo apontamento de nulidade.

Diante disso, apesar de o ato processual não ter sido praticado exatamente com a devida formalidade legal, não houve prejuízo à defesa, que atuou normalmente no curso do processo.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

